

DINIZ FILHO, L. L. 2005. Para Onde Irão as Indústrias? In: ALBUQUERQUE, E. S. (org.). **Que País é Esse?** São Paulo: Globo, 2005.

FURTADO, C. 2007. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Edição Nacional, 2007.

GUIMARÃES NETO, L. 1997. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: Caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, Ipea, n. 15, jun. 1997.

MESQUITA, F. C. 2011. **O processo de desconcentração industrial no eixo de desenvolvimento São Paulo-Brasília e a dinâmica do setor de alimentos e bebidas em Uberlândia (MG)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MYRDAL, G. 1960. **Teorias Econômicas e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, Textos de Economia Contemporânea, 1960.

SANTOS, M. 1982. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, E. S. Cidades médias e eixos de desenvolvimento no Estado de São Paulo: metodologia de abordagem. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**. Espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Dinâmica econômica e descontinuidades territoriais urbanas: desconcentração das atividades industriais no Brasil. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12, Montevidéo, 2009. **Descarga de trabajos completos**. Montevidéo: [s.n.], 2009. Disponível em: <www.egal2009.com>. Acesso em: 30 out. 2010.

## A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA SEGUNDO A APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO PELO CAPITAL: REGIÃO DO BAMAPITO (BAHIA, MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS)

Bianca Gomes de Queiroz

biancagqueiroz@gmail.com

Instituto de Geociências - Unicamp

Mariana Traldi

maritraldi@gmail.com

Instituto de Geociências - Unicamp

**Palavras-chave:** região, fronteira agrícola, BAMAPITO, soja.

A partir de uma abordagem geográfica, mas com uso acessório de conceitos emprestados da economia, pretende-se analisar e entender primeiramente como o BAMAPITO se constituiu enquanto uma região, quem são os principais agentes envolvidos nas relações estabelecidas na nova fronteira agrícola brasileira e, por fim, como o capital se apropria desta região e busca se reproduzir. Para tanto, é importante compreender a espacialização da produção da soja na região do BAMAPITO – que se encontra em formação e que se caracteriza como área de expansão da agricultura moderna atualmente –, abrangendo as relações técnicas e econômicas

que estão envolvidas na produção, distribuição, troca e consumo da produção da soja e seus subprodutos.

A região do BAMAPITO é compreendida pelo oeste da Bahia, sul do Maranhão, sudoeste e sul do Piauí e nordeste do Tocantins. No presente trabalho, entendemos a região do BAMAPITO conforme a conceituação de *região* defendida por Bernardes (2009), como uma maneira de compartimentação do território realizada segundo as condições específicas de produção e reprodução do capital e da força de trabalho; somada à conceituação de *fronteira agrícola* proposta por Machado (1995), que nada mais é que do que o lugar da criação do *novo*, representado neste caso pela chegada da produção capitalista em grande escala e, com isso, a expansão do agronegócio em áreas de ocupação tradicional.

O processo de expansão do agronegócio no território nacional foi possibilitado principal e primeiramente por uma conjuntura internacional técnica, econômica e política; essa conjuntura se manifesta através da instalação de infra-estruturas promovida pelo Estado, cujo objetivo primeiro era a integração territorial nacional, e, em um segundo momento, também como consequência de políticas públicas realizadas no período de 1970 a 1980, principalmente no que tange ao crédito agrícola que impulsionou a migração interna

de produtores e uma nova forma de ocupação agrícola em diversas áreas do país.

A expansão do capital para essas áreas de fronteira tem como principal objetivo sua reprodução e valorização. Tais objetivos podem ser mais facilmente atingidos em áreas que apresentam baixa densidade e baixa consolidação das *rugosidades*<sup>1</sup>. Entretanto, no caso do BAMAPITO, diferentemente da região Centro-Oeste, onde as rugosidades se apresentavam de forma menos consistente, as mesmas se apresentam de forma mais consolidada, sendo um reflexo do histórico de ocupação da região Nordeste.

Dessa forma, a compreensão do processo histórico de ocupação do Nordeste brasileiro faz-se fundamental para entender os atuais conflitos gerados pela nova forma de ocupação e produção do capital no BAMAPITO. Essa ocupação, por sua vez, possui grandes semelhanças com a porção do estado do Tocantins, que também faz parte do bioma Cerrado. A ocupação do que hoje chamamos de BAMAPITO se deu ao longo da história de maneira completamente diferente da ocupação do Centro-Oeste. Foi uma das primeiras a ser ocupada no período colonial, primeiro pela cana de açúcar na

---

<sup>1</sup>Segundo Santos e Silveira (2010), as rugosidades são os diversos tempos cristalizados no espaço.

faixa litorânea e, posteriormente, pela interiorização do sistema criatório (FURTADO, 2007). Dada a densidade das rugosidades ali existentes, os modernos sistemas técnicos não foram capazes de eliminar completamente as estruturas ditas tradicionais, resultando na coexistência conflituosa de uma agricultura moderna e da agricultura familiar tradicional (BERNARDES, 2009).

A atual política de desenvolvimento econômico adotada pelo Brasil se mantém na mesma linha agroexportadora do período colonial, voltada para o mercado externo e baseada em produções de escala. A agricultura brasileira, no entanto, ganha novas características produtivas à medida que conjunturas internacionais e nacionais possibilitam a implantação da modernização da base técnica da produção, defendida por Kageyama *et al.* (1990) como o novo padrão agrícola brasileiro, que leva os complexos rurais aos complexos agroindustriais através da modernização e industrialização da agricultura no país. Assim, como forma de acelerar a implantação de uma agricultura moderna no território nacional, o Estado promove políticas de crédito agrícola com o intuito de disponibilizar mecanismos legais de financiamento desse capital (ALVES, 2006). A modernização na agricultura tem como base a chamada Revolução Verde, que

desempenhou importante papel através da inserção da pesquisa bioquímica e biogenética na produção agrícola, além de técnicas de cultivo modernas, buscando o aumento de produtividade no campo (BRUM, 1988 *apud* ALVES, 2006).

A partir da introdução dos insumos agrícolas na agricultura, o cerrado brasileiro se torna uma vasta área de possibilidade para expansão da produção agrícola moderna e de reprodução do capital, uma vez que suas características físicas naturais, combinadas com investimentos em insumos e implementos agrícolas, tornam os cerrados favoráveis à agricultura de larga escala. É neste contexto que se dá o avanço e a abertura de uma nova fronteira agrícola no Brasil, o BAMAPITO.

Importante ressaltar que a expansão da agricultura moderna através da cultura de soja nos cerrados nordestinos e do Tocantins provoca uma maior exclusão social, resultado da privatização das terras, anteriormente usadas de forma comum pelos camponeses locais. Esta privatização das terras se realiza principalmente pelas mãos de grileiros, resultando em violentos conflitos sociais entre os novos grupos ali instalados e as populações locais, que se utilizavam tanto das terras comuns quanto dos recursos naturais disponíveis, mas

que agora encontram-se degradados ou em estado de degradação devido a presença da soja (ALVES, 2006).

Entende-se a área de cerrado dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins como uma região de contínua expansão das formas de produção e reprodução do capital e da divisão social do trabalho imposta pela forma de produção, o que justifica sua possível categorização como região (BERNARDES, 2009). A observação do circuito espacial produtivo estabelecido na região, ainda que de forma sucinta, nos leva a entender que ocorre hoje no Brasil um monopólio de grandes empresas de insumos agrícolas, processadoras e de comercialização frente à produção capitalista da soja, denominada por Frederico (2007) como *gigantes do grão*; essas empresas exercem um poder de manipulação sobre a produção, sendo as principais fornecedoras de insumos agrícolas ao mesmo tempo em que controlam também as formas de armazenagem e comercialização da soja. Esse domínio do processo produtivo exercido por essas grandes *tradings* acarreta uma maior dependência do produtor para com elas, de modo que ele é quem assume os riscos da produção em si, mas não é ele quem mais lucra com a atividade produtiva agrícola.

Enquanto isso, a expansão do novo padrão agrícola brasileiro (KAGEYAMA *et al.* 1990) segue as tendências impostas pela colonização, com a manutenção da estrutura de latifúndios agroexportadores, intensificando assim os processos de concentração fundiária e de renda no país (ALVES, 2006). A reprodução desse padrão de ocupação combinada com a maior especulação da terra em áreas incorporadas pela nova agricultura produz e reproduz uma maior exclusão social. Essa exclusão social se perpetua devido principalmente às pressões políticas e econômicas, que estão sempre a favor da busca por maior produtividade e reprodução do capital; e também devido a pressões exercidas sobre os pequenos produtores e as populações tradicionais para que abandonem suas terras, que por sua vez serão incorporadas a grandes propriedades produtoras de soja. Da mesma forma, o ambiente também sofre com as formas de manejo altamente mecanizadas e a produção em monocultura, que originam processos de degradação do solo, da água e do ar no entorno.

Por fim, como forma de proposição de uma nova lógica para o planejamento da região, sugerimos a aplicação da idéia de *desenvolvimento* proposta por FURTADO (1992), na qual o desenvolvimento nada mais seria que a potencialização da criatividade humana, combinada com a proposta de

*planejamento transescalar* de BRANDÃO (2007), em que a criatividade humana deveria ser incentivada pelo poder público em uma combinação das diversas escalas – nacional, regional e local – para que o desenvolvimento da região em estudo seja impulsionado através da valorização do mercado interno e das heterogeneidades dos diversos grupos sociais e características naturais do país, não dependendo apenas de investimentos externos e da *política das empresas* (SANTOS, 1997).

### Referências Bibliográficas

ALVES, V. E. L. 2006. **Mobilização e Modernização no cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BERNARDES, J. A. Fronteiras da Agricultura Moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura**. Trigo e Soja. Petrópolis/Ijuí: Vozes/FIDENE, 1988.

FREDERICO, S. **Sistemas de movimentos no território brasileiro**: os novos circuitos espaciais produtivos da soja. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FREDERICO, S. **Onovo tempo do Cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenagem de grãos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A. M.; REYDON, B. P.; SILVA, J. G.; SILVEIRA, J. N. J.; FONSECA, M. G. D.; RAMOS, R.; FONSECA, R. B.; BELIK, W. 1990. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Agricultura e políticas públicas**. IPEA, Brasília, 1990.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: BECKER, B.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F.; GEIGER, P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. Da política dos estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais**, n. 6. Belo Horizonte, p. 9-23, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.